

TERMOBAHIA S.A.
CNPJ: 02.707.630/0001-26
NIRE: 29.300.025.542

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(RCA) Nº 027/2022
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2022**

1. Data, Hora e Local:

Realizada ao 08º dia do mês de março do ano de 2022, às 16:30h, por vídeo conferência, conforme o Artigo 18 do Estatuto Social.

2. Convocação:

Foi realizada em 24/02/2022 a convocação da RCA nº 027/2022 (**Anexo 1**), conforme disposto no artigo 36, parágrafo único, do Estatuto social.

3. Presença e quórum:

Presentes os Conselheiros, a Sra. Isabella Carneiro Leão, o Sr. Leonardo Santos Ferreira e o Sr. Paulo Leonardo Marinho Filho, compondo a totalidade dos membros eleitos e em exercício. E, como convidados, a Presidente, Sra. Aline Dias Leonardi e o Diretor Administrativo, Sr. Marcelo Ferreira Pelegrini. Além dos membros de Conselho Fiscal Srs. Marcos Vinicius Guimaraes da Silva e Marcio Alves Gomes e representantes da área de Contabilidade da Petrobras.

4. Mesa:

Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Isabella Carneiro Leão, que convidou o Sr. Leonardo Santos Ferreira para secretariá-la.

5. Ordem do Dia:

(i) Deliberar sobre o encaminhamento das Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A., período findo em 31/12/2021, incluindo suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAECO) para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;

(ii) Deliberar sobre o encaminhamento da Destinação do Resultado do exercício de 2021 para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;

(iii) Deliberar sobre o encaminhamento da proposta de fixação da remuneração global anual e individual dos administradores e dos Conselheiros Fiscais para o período de abril de 2022 a março de 2023 para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;

(iv) Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE).

Considerando que:

- Em 03/03/2022, o CAECO, em sua 88ª reunião, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações e recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras e da proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- A Diretoria da Termobahia emitiu a Ata de Reunião de Diretoria Executiva nº 192, de 04/03/2022 (**Anexo 2**), submetendo as matérias para apreciação do Conselho de Administração da Termobahia.

6. Deliberações:

Os Conselheiros de Administração deliberaram na forma que segue:

(i) Os Conselheiros apreciaram as Demonstrações Financeiras da Companhia, incluindo suas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31/12/2021, revisadas pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, e manifestaram-se favoravelmente autorizando a publicação dos referidos documentos, com vistas a sua deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, nos termos dos artigos 124, 132 e 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (Lei das Sociedades por Ações);

(ii) pelo encaminhamento, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, da proposta, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, de destinação do lucro líquido apurado do exercício de 2021 do valor de R\$ 32.387.273,49 apresentada na Tabela 1 abaixo, que prevê a destinação de R\$ 1.619.363,67 correspondente a 5% (cinco por cento) de Reserva Legal e a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no valor de R\$ 12.171.702,73, tendo em vista que em 23/12/2021, foi pago o valor de R\$ 18.596.207,09 aos acionistas relativo aos dividendos intermediários (Ata RCA nº 021/2021, de 09/12/2021).

Tabela 1 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021

Destinação do Resultado (R\$)	2021
Lucro do Exercício	32.387.273,49
A - Reserva Legal (5%)	1.619.363,67
Saldo a Destinar	30.767.909,82
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios (60%)	18.596.207,09
Pagamento Antecipado de Dividendos Intermediários	18.596.207,09
Dividendos Adicionais	12.171.702,73
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	30.767.909,82
Destinação Total (A + D)	32.387.273,49

(iii) Com relação a remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais, referente ao período de abril de 2022 a março de 2023, o Conselho deliberou por tratar o tema em outra reunião de CA;

(iv) Em observância ao Estatuto Social da Termobahia e tendo por base as deliberações contidas nos itens "i" e "ii" da presente Ata, o Conselho de Administração deliberou pela convocação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas até 30/04/2022, em atendimento às disposições legais (Lei 6.404/76);

6. Encerramento:

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022.

ISABELLA CARNEIRO
LEAO:05442794767

Assinado de forma digital
por ISABELLA CARNEIRO
LEAO:05442794767

LEONARDO SANTOS
FERREIRA:07553193704

Assinado de forma digital por
LEONARDO SANTOS
FERREIRA:07553193704
Dados: 2022.03.08 18:22:29 -03'00'

Isabella Carneiro Leão
Presidente do Conselho

Leonardo Santos Ferreira
Conselheiro – Secretário

PAULO LEONARDO
MARINHO
FILHO:86870831734

Assinado de forma digital por
PAULO LEONARDO MARINHO
FILHO:86870831734
Dados: 2022.03.08 18:26:48 -03'00'

Paulo Leonardo Marinho Filho
Conselheiro

Anexo 1 – Convocação da RCA N° 027/2022, de 24/02/2022;
Anexo 2 – Ata RDE TERMOBAHIA n° 192/2022 de 04/03/2023.



TERMOBAHIA S.A.
CNPJ: 02.707.630/0001-26
NIRE: 29.300.025.542

**CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO (RCA) Nº 027/2022
A SER REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2022**

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

Ilustríssimos Senhores

Leonardo Santos Ferreira e Paulo Leonardo Marinho Filho
MD. Membros do Conselho de Administração da Termobahia S.A.

Convidados:

Aline Dias Leonardi, Marcelo Ferreira Pelegrini e Luciano Gomes Pinto de Abreu

Prezados senhores,

Considerando que a Contabilidade da Petrobras (CONTRIB/CONT/CONEM/PCOT), é que realiza a Contabilidade da Termobahia conforme previsto em Contrato de Compartilhamento de Custos de Despesas (CCCD), através do ISA PBR-2022-0008254, de 11/02/2021, submeteu à apreciação da Diretoria da Termobahia as demonstrações financeiras da Termobahia S.A., relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, examinadas pela KPMG Auditores Independentes. A minuta do Relatório da KPMG indica que o documento será emitido sem ressalvas.

Considerando que a Reunião do Comitê de Auditoria das Empresas do Conglomerado (CAECO) para se manifestar sobre as Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A., relativas ao período findo em 31/12/2021, está prevista para ocorrer no dia 03/03/2022.

Convocamos os senhores Conselheiros e convidados para a reunião extraordinária do Conselho de Administração da Termobahia S.A., a realizar-se no dia 08 de março de 2022, às 17:00h, por vídeo conferência e conforme disposto no Artigo 36, Parágrafo Único, do Estatuto Social da Companhia.

ORDEM DO DIA:

- 1) Deliberar sobre o encaminhamento das Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A., período findo em 31/12/2021, incluindo suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAECO), bem como o Relatório da Administração e a Carta de Representação para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;
- 2) Deliberar sobre o encaminhamento da Destinação do Resultado do exercício de 2021 para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;
- 3) Deliberar sobre o encaminhamento da proposta de fixação da remuneração global anual e individual dos administradores e dos Conselheiros Fiscais para o período de abril de 2022 a março de 2023 para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;
- 4) Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE).

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

ISABELLA CARNEIRO LEAO:05442794767 Assinado de forma digital
por ISABELLA CARNEIRO
LEAO:05442794767

Isabella Carneiro Leao
Presidente do Conselho de Administração

TERMOBAHIA S.A.
CNPJ 02.707.630/0001-26
NIRE: 29.300.025.542

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIRETORIA EXECUTIVA
(RDE) Nº 192/2022
REALIZADA EM 04/03/2022

1. Data, Hora e Local

Realizada ao 04º dia do mês de março de 2022, às 11h00, por meio de videoconferência, conforme previsão no Estatuto Social da Companhia.

2. Convocação

A reunião foi convocada pela Presidente da Termobahia, Sra. Aline Dias Leonardi e pelo Diretor Administrativo Sr. Marcelo Ferreira Pelegrini, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

3. Presença e Quórum

Presentes a Sra. Aline Dias Leonardi e o Sr. Marcelo Ferreira Pelegrini, representando a totalidade dos membros eleitos e em exercício.

4. Ordem do Dia

Convocação de Reunião do Conselho de Administração para a manifestação sobre:

- (i) as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2021 para deliberação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia;
- (ii) a proposta de destinação do lucro líquido apurado do exercício de 2021 para deliberação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia;
- (iii) a proposta do montante global da remuneração dos administradores e conselheiros fiscais relativa ao período de abril de 2022 a março de 2023 para deliberação em Assembleia Geral Extraordinária;
- (iv) o Relatório de Administração do exercício findo em 31/12/2021 e;
- (v) a Carta de Representação referente às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2021 a ser assinada pelos Diretores.

5. Foram Apresentados e Deliberados os Seguintes Assuntos:

5.1.1. Em 11/02/2022, a Diretoria registrou o recebimento do ISA PBR-2022-0008254, no qual encaminhou a minuta das Demonstrações Financeiras (**Anexo 1**), assim como a descrição da proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 da Termobahia S.A.

ADL
ADL

MFP
MFP

5.1.2. Em 03/03/2022, a Diretoria apresentou na 88ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – CAECO, o seguinte material referente ao exercício findo em 31/12/2021:

- Minuta das Demonstrações Financeiras auditadas pela KPMG;
- Minuta do Relatório da Administração;
- Minuta do Relatório dos Auditores Independentes (KPMG), sem ressalvas;
- Proposta de Destinação de Resultado;
- Movimentação das contingências judiciais ativas e passivas.

5.1.3. Em 03/03/2021, o CAECO (88ª Reunião) recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras e da proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

5.1.4. Foi registrado que os documentos foram previamente analisados pela unidade de Contabilidade da Petrobras (CONTRIB/CONT/CONEM/PCOT), que manifestou estar “de acordo” com os termos dos referidos documentos.

5.1.5. Diante do exposto, nos termos do Estatuto Social da Termobahia, a Diretoria Executiva deliberou nesta data pela convocação do Conselho de Administração para manifestação e convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para deliberação das seguintes matérias:

(i) das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2021 (**Anexo 1**) para deliberação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia mediante parecer do Conselho Fiscal;

(ii) da proposta, para deliberação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, de destinação do lucro líquido apurado do exercício de 2021 do valor de R\$ 32.387.273,49 apresentada **na Tabela 1** abaixo, que prevê a destinação de R\$ 1.619.363,67 correspondente a 5% (cinco por cento) de Reserva Legal e a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas no valor de R\$ 12.171.702,09, tendo em vista que em 23/12/2021, foi pago o valor de R\$ 18.596.207,09 aos acionistas relativo aos dividendos intermediários (Ata RCA nº 021/2021, de 09/12/2021).

Tabela 1 – Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021

Destinação do Resultado (R\$)	2021
Lucro do Exercício	32.387.273,49
A - Reserva Legal (5%)	1.619.363,67
Saldo a Destinar	30.767.909,82
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios (60%) ¹	18.596.207,09
Pagamento Antecipado de Dividendos Intermediários	18.596.207,09
Dividendos Adicionais	12.171.702,73
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	30.767.909,82
Destinação Total (A + D)	32.387.273,49

ADL

MFP

¹Pagos antecipadamente em 23/12/2021, conforme Ata RCA nº 021/2021, de 09/12/2021.

(iii) encaminhamento da proposta do montante global da remuneração dos administradores e conselheiros fiscais relativa ao período de abril de 2022 a março de 2023 para deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, após a emissão do parecer da unidade de Recursos Humanos da Petrobras e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, ambos em andamento;

(iv) do Relatório de Administração do exercício findo em 31/12/2021 (**Anexo 2**) e;

(v) da Carta de Representação referente às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2021 a ser assinada pelos Diretores (**Anexo 3**).

5.1.6. Em atendimento as disposições legais (Lei 6.404/76), as matérias apresentadas no presente documento, deverão ser deliberadas em Assembleia Geral até 30/04/2022.

6. Encerramento:

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.

São Francisco do Conde/BA, 04 de março de 2022

ALINE DIAS
LEONARDI:08581485790

Assinado de forma digital por ALINE DIAS LEONARDI:08581485790
Dados: 2022.03.07 18:01:45 -03'00'

Aline Dias Leonardi
Presidente
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini

Assinado de forma digital por Marcelo Ferreira Pelegrini
Dados: 2022.03.07 18:08:25 -03'00'

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo
(assinado eletronicamente)

Anexo 1 - Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2021;

Anexo 2 – Relatório de Administração do exercício findo em 31/12/2021;

Anexo 3 - Carta de Representação do exercício findo em 31/12/2021.

Termobahia S.A.
*(Controlada da Petróleo
Brasileiro S.A. - Petrobras)*
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

MINUTA

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balço Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado.....	10
Notas Explicativas	11
1. A companhia e suas operações	11
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
3. Sumário das principais práticas contábeis	12
4. Estimativas e julgamentos relevantes	13
5. Novas normas e interpretações	15
6. Contas a receber.....	16
7. Arrendamentos mercantis.....	17
8. Investimento.....	19
9. Imobilizado	19
10. Financiamentos.....	19
11. Partes relacionadas.....	20
12. Tributos.....	24
13. Benefícios concedidos a empregados	26
14. Patrimônio líquido	29
15. Receita de arrendamento	32
16. Despesas gerais e administrativas.....	32
17. Outras receitas líquidas	32
18. Resultado financeiro líquido.....	33
19. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	33
20. Processos judiciais e contingências	33
21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	35
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	38

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração

MINUTA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

MINUTA

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita de arrendamento	15	55.765	56.628
Lucro bruto		55.765	56.628
Despesas			
Gerais e administrativas	16	(7.349)	(5.372)
Tributárias		(1.038)	(617)
Outras receitas (despesas), líquidas	17	(4.807)	1.429
		(13.194)	(4.560)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		42.571	52.068
Resultado financeiro líquido	18	7.431	(4.077)
Receitas financeiras		18.562	10.131
Despesas financeiras		(3.775)	(4.024)
Variações monetárias, líquidas		(7.356)	(10.184)
Lucro antes dos impostos		50.002	47.991
Imposto de renda e contribuição social	12.3	(17.615)	(11.955)
Lucro líquido do exercício		32.387	36.036
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	14.5	622,59	692,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	32.387	36.036
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (nota explicativa 14.6)	4.585	5.894
Imposto diferido	(308)	-
	<u>4.277</u>	<u>5.894</u>
Resultado abrangente total	36.664	41.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)***Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado		Transações de capital		Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
	311.752	311.752	255.516	255.516	Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados	
							6.578	34.483		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	311.752	311.752	255.516	255.516	(6.489)	6.578	34.483	-	-	601.840
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	(34.483)	-	-	(34.483)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	5.894	-	-	-	-	5.894
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	36.036	36.036
Destinações:										
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	-	-	1.801	-	-	(1.801)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.821)	(13.821)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	20.414	-	(20.414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	311.752	311.752	255.516	255.516	(595)	8.379	20.414	-	-	595.466
	311.752	311.752	255.516	255.516	(595)	8.379	28.793	-	-	595.466
Saldos em 1º de janeiro de 2021	311.752	311.752	255.516	255.516	(595)	8.379	20.414	-	-	595.466
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	(20.414)	-	-	(20.414)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	4.277	-	-	-	-	4.277
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	32.387	32.387
Destinações:										
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	-	-	1.619	-	-	(1.619)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.596)	(18.596)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	12.172	-	(12.172)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	311.752	311.752	255.516	255.516	3.682	9.998	12.172	-	-	593.120
	311.752	311.752	255.516	255.516	3.682	22.170	22.170	-	-	593.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	32.387	36.036
Ajustes para:		
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	2.988	1.805
Depreciação e amortização	96	174
Variações monetárias e encargos financeiros	11.068	13.950
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(18.559)	(9.938)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(14.867)	(7.270)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	2.742	(2.263)
Contas a receber - arrendamento financeiro	83.533	76.849
Outros ativos	(687)	10.960
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(998)	570
Impostos e contribuições	21.573	8.467
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.257)	(13.899)
Outros passivos	431	(1.295)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	102.450	114.146
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições em investimentos	(220)	-
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(28.418)	(51.041)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(28.638)	(51.041)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:		
Amortizações de principal	(16.537)	(12.571)
Amortizações de juros	(6.517)	(4.363)
Amortização de arrendamentos	-	(194)
Dividendos pagos à acionista controlador	(50.174)	(45.448)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(584)	(529)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(73.812)	(63.105)
Efeito líquido do caixa e equivalentes de caixa do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2021	2020
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.918)	(344)
Valor consumido produzido bruto	(8.918)	(344)
Depreciação e amortização	(96)	(174)
Valor consumido líquido pela companhia	(9.014)	(518)
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre arrendamento mercantil	55.765	56.628
Receitas financeiras - inclui variação monetária	19.416	10.636
	75.181	67.264
Valor adicionado a distribuir	66.167	66.746
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e benefícios	2.515	3.316
Participação nos lucros ou resultados	115	-
Remuneração variável	122	(239)
	2.752	3.077
Tributos		
Federais	18.940	12.790
Estaduais	6	30
Municipais	97	100
	19.043	12.920
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	11.985	14.713
Acionistas		
Dividendos intermediários	18.596	-
Juros sobre capital próprio	-	13.821
Lucros retidos	13.791	22.215
	32.387	36.036
Valor adicionado distribuído	66.167	66.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termobahia S.A. (“companhia”), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, foi constituída em 22 de outubro de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, tendo como objeto social a produção, comercialização, aquisição, exportação e importação de energia elétrica e vapor, observando os termos e condições previstas na legislação aplicável.

A Termobahia é proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (UTE-TBA), cujos ativos são utilizados, exclusivamente, na produção de energia elétrica e vapor de alta pressão. O projeto de co-geração (produção de energia elétrica e vapor) foi construído ao lado da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (“RLAM”), com capacidade de produção de 185,89 megawatts de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor de alta pressão.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de Locação da Usina

Em 1º de abril de 2013, a companhia celebrou Contrato de Locação de sua Usina Termelétrica pelo prazo de 3.820 dias, com vencimento em 15 de setembro de 2023, com sua controladora.

A relação contratual existente com sua Controladora possui a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

1.1. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

Em função da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a Sociedade adotou e segue com providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos da doença. A Companhia está acompanhando permanentemente a evolução do coronavírus e avaliando a necessidade de novas medidas, alinhada ao seu acionista controlador.

Não houve impactos nas demonstrações financeiras do exercício em função dos efeitos da COVID-19.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2022, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Termobahia com base em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 20.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 12.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.5. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022
<i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023
<i>Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction— Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2021. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020 Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3 Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37 Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	1º de janeiro de 2022 1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	2021	2020
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas		
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 7.1)	233.051	316.584
Outras contas a receber (nota explicativa 11.1)	3.195	5.937
	236.246	322.521
Circulante	136.643	131.708
Não circulante	99.603	190.813

6.2. Contas a receber - FIDC

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 447.150 (R\$ 400.173 em 2020) representa recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado

Prática contábil

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Arrendamentos mercantis

7.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro – UTE Termobahia

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2022	142.022	(8.574)	133.448
2023	118.352	(18.749)	99.603
Em 31 de dezembro de 2021	260.374	(27.323)	233.051
Circulante			133.448
Não circulante			99.603
Em 31 de dezembro de 2021			233.051
Circulante			125.771
Não circulante			190.813
Em 31 de dezembro de 2020			316.584

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles) é representado pelo contrato de locação da UTE Termobahia, celebrado com a Petrobras com prazo de 3.820 dias, com parcelas vencíveis mensalmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA (nota explicativa 1).

7.2. Arrendamento mercantil – Sublocação da sala

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	31.12.2020	Segregação CP LP	Pagamentos de principal	Pagamentos de Juros	Encerramento Antecipado Contrato	Encargos no exercício	31.12.2021
País - Curto prazo	247	(116)	-	-	(149)	18	-
País - Longo prazo	398	116	-	-	(514)	-	-
Total	645	-	-	-	(663)	18	-

A companhia firmou, em 1º de maio de 2019, contrato de sublocação de uma sala entre a Termobahia S.A. (sublocatária) e Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Torre Pituba em Salvador-BA que teve início em 01 de maio de 2019 e previsão de término em 15 de setembro de 2023. Em julho de 2021, houve o distrato antecipado do contrato, justificado pela desmobilização do Edifício Torre Pituba pela Petrobras. Considerando a transferência de benefícios, riscos e controles do ativo, o contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro, tendo como base normativa o CPC 06 (R2).

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia apropriou R\$ 18 de encargos de arrendamento (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2020).

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente.

Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Investimento

	Saldo em 31.12.2020	Aporte de capital	Resultado de participação em investimentos	Saldo em 31.12.2021
Associação Petrobras de Saúde (APS)	-	220	-	220
	-	220	-	220

Constituição da Associação Petrobras de Saúde (APS) e tratamento contábil dos aportes

A APS tem natureza de associação civil, tendo por objetivo a realização de atividades sociais ou assistências, neste caso a assistência à saúde, sem fins lucrativos.

Mediante convênios celebrados entre as patrocinadoras e APS, vêm sendo realizado transferência de recursos financeiros para formação do capital regulatório estabelecido pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com o objetivo de garantir a cobertura aos seus beneficiários.

9. Imobilizado

	Edificações e construções	Total
Saldo em 01 janeiro de 2020	709	709
Adições	4	4
Depreciação	(174)	(174)
Saldo em 31 dezembro de 2020	539	539
Depreciação	(96)	(96)
Baixa	(443)	(443)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Custo	-	-
Depreciação	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-

Refere-se ao direito de uso vinculado ao contrato de sublocação de uma sala comercial celebrado com a sua controladora que teve distrato antecipado em julho de 2021, conforme mencionado na nota explicativa 7.2. A depreciação é pelo método linear, com base no prazo do contrato.

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

10. Financiamentos

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Financiamentos em Reais

Conforme escritura particular da primeira emissão de 8 de janeiro de 2003, a companhia procedeu à emissão de 550.000 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo montante de R\$ 55.000. As debêntures fazem jus a remuneração, a partir da data de subscrição, baseada no IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa de juros de 15,34% a.a. até 29 de setembro de 2008, e 8% a.a. a partir de 30 de setembro de 2008, sendo amortizadas em 237 (duzentas e trinta e sete) parcelas, mensais, variáveis e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2004. Do total da emissão, foram subscritas pela Petros 480.562 debêntures.

As movimentações dos saldos de curto e longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	<u>Debêntures</u>
Circulante e Não Circulante	
No país	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	52.880
Amortização de Principal	(12.571)
Amortização de Juros	(4.363)
Variações monetárias	14.605
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	50.551
Circulante	18.509
Não Circulante	32.042
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	50.551
Amortização de Principal	(16.537)
Amortização de Juros	(6.517)
Variações monetárias	11.909
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	39.406
Circulante	22.473
Não Circulante	16.933

10.2. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Total
Financiamentos em Reais (a):				
Indexados a taxas fixas	22.473	16.933	-	39.406
Taxa média dos Financiamentos	8%	8%	-	8%
Total em 31 de dezembro de 2021	22.473	16.933	-	39.406
Total em 31 de dezembro de 2020	18.509	17.687	14.355	50.551

11. Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Essa política orienta a Petrobras, suas controladas e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- **Competitividade:** preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- **Conformidade:** aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;
- **Transparência:** reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- **Equidade:** estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- **Comutatividade:** prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da companhia.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termobahia S.A, sendo que a companhia efetua o ressarcimento dos valores de honorários avaliados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados no Conselho de Administração e Assembleia Geral (nota explicativa 11.1 – partes relacionadas).

As remunerações médias dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos meses de dezembro de 2021 e 2020 foram as seguintes:

Remuneração do empregado	Expresso em reais	
	2021	2020
Menor remuneração	7.386	6.751
Remuneração média	15.610	13.896
Maior remuneração	42.908	36.788

As remunerações totais dos membros do conselho de Administração da Termobahia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2021	2020
	Conselho de Administração	Conselho de Administração
Salários e benefícios	68	104
Número de membros	6	6
Número de membros remunerados	6	6

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Termobahia, realizada em 28 de abril de 2021, fixou a remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal em R\$ 1.290, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12. Tributos

12.1. Tributos correntes

	Ativo circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda	408	2.482	2.290	-
Contribuição social	14	1.112	956	-
	422	3.594	3.246	-

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS (i)	588	-	20.763	20.056	-	270
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	201	2.248
Outros impostos	10	10	-	-	-	-
	598	10	20.763	20.056	201	2.518

Os valores constantes no Ativo Circulante na linha de Imposto de renda e contribuição social se referem, basicamente, ao saldo negativo relativo ao ano calendário 2020, o qual será compensado com futuras obrigações tributárias ou objeto de pedido de compensação.

(i) Em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava a sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destas contribuições relativas aos períodos de julho de 2015 a abril de 2019 e ingressou com pedido de restituição junto à Delegacia da Receita Federal. O saldo do Ativo Não Circulante representa, principalmente, o pedido de restituição mencionado.

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento					Total
	Imobilizado	Contas a receber	Contas a pagar	Prejuízos fiscais	Outros	
Em 1º de janeiro de 2020	37.941	(129.739)	-	12.082	(2.465)	(82.181)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.118)	25.893	(122)	(8.317)	(66)	7.270
Em 31 de dezembro de 2020	27.823	(103.846)	(122)	3.765	(2.531)	(74.911)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.117)	28.633	122	(3.765)	(6)	14.867
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	(308)	(308)
Em 31 de dezembro de 2021	17.706	(75.213)	-	-	(2.845)	(60.352)

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2022	-	(30.176)
2023	-	(30.176)
Parcela registrada contabilmente	-	(60.352)
Parcela não registrada contabilmente	1.342	-
Total	1.342	(60.352)

12.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	50.002	47.991
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(17.001)	(16.317)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	(246)	(43)
Permanentes	(401)	3.929
Outros	33	476
Imposto de renda e contribuição social	(17.615)	(11.955)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.867	7.270
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.482)	(19.225)
	(17.615)	(11.955)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35%	26%

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária ou realizar os ativos e liquidar os passivos, simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

13. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2021	2020
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	1.806	3.746
Plano de saúde AMS	5.205	4.862
	7.011	8.608

13.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O plano Petros 2 foi implementado pela companhia a partir de 2010, na modalidade de contribuição variável.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2021, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 462 (R\$ 793 em 2020).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2022, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste exercício está sendo destinada para conta individual do participante.

O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 montava em R\$ 1.806.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2022 são de R\$ 643, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2021 é de 14,69 anos.

13.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Termobahia mantém um plano de saúde (Plano médico AMS) a todos seus empregados desde o exercício de 2012, que inclui assistência médica pós-emprego, e os termos deste benefício foram especificados somente a partir do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014/2015. Desta forma, a partir do exercício de 2015, a companhia passou a constituir provisão dos compromissos de assistência médica pós-emprego, com base em laudo atuarial.

O plano é administrado pela Associação Petrobras Saúde (APS) e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, busca-se mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes, sendo a participação financeira da companhia e dos beneficiários, nas proporções dos itens abaixo e nas formas previstas no acordo coletivo de trabalho:

- i) A partir de 01/01/2021 a participação será na proporção de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela companhia e os 40% (quarenta por cento) restante pelos beneficiários titulares.
- ii) A partir de 01/01/2022 a participação passará a respeitar limite paritário, de acordo com o previsto na Resolução CGPAR nº 23, na proporção de 50% (cinquenta por cento) entre a companhia e os participantes.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia e as entidades sindicais estabelecem que se houver mudança ou revogação da Resolução da CGPAR nº 23, em decorrência de atos ou diplomas regularmente baixados pelos poderes executivo ou legislativo, permanecerá a relação 60% x 40%, até novo ajuste entre as partes.

Em 09 de setembro de 2021, com a promulgação do Decreto Legislativo nº 26/2021, que na data de sua publicação susta os efeitos da Resolução da CGPAR nº 23/2018, que estabelecia limite paritário de custeio do benefício de assistência à saúde entre empresas estatais e empregados, e considerando que a companhia e as entidades sindicais estabeleceram no acordo coletivo 2020-2022 a permanência da relação de custeio 60% x 40% no caso de mudança ou revogação da resolução, a companhia realizou uma revisão intermediária no passivo atuarial do plano de saúde, que havia sido mensurado em 31 de dezembro de 2020 considerando-se a proporção paritária a partir de 2022 - 50% x 50%, para refletir a proporção de custeio 60% x 40%, conforme previsto em ACT 2020-2022.

Dessa forma, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial e a companhia reconheceu um aumento do passivo de R\$ 242 mil, em contrapartida de: (i) R\$ 850 mil no resultado pelo custo do serviço passado decorrente da alteração do benefício; e (ii) R\$ 608 mil de ganho em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido decorrente da remensuração do seu plano de assistência médica. O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 montava em R\$ 5.205.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2021 é de 31,02 anos (30,57 anos em 31 de dezembro de 2020).

13.3. Remuneração variável

Programa de Prêmio por performance - PPP

Em 2020, o Conselho de Administração aprovou para o exercício de 2020 um novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

No exercício de 2021, a companhia efetuou pagamentos de PPP que totalizaram o montante de R\$ 1.227, relacionados ao exercício de 2020

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 120 representa provisão reconhecida no exercício de 2021.

13.4. Participação nos Lucros ou resultados

Em 29 de dezembro de 2020, as 17 entidades sindicais que representam empregados de bases terrestres, incluindo os da Termobahia, representados pelo Sindipetro Bahia, assinaram o acordo para PLR 2021/2022, dentro do prazo determinado pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

O regramento PLR 2021/2022 abrange os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. Para que haja o acionamento da PLR nos anos de 2021 e de 2022, além do acordo de PLR ter sido assinado, é necessário o atingimento dos seguintes gatilhos/requisitos: i) aprovação de distribuição de dividendos pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); ii) apuração de lucro líquido no exercício de referência; e iii) atingimento do percentual médio, ponderado pelo peso, do conjunto das metas dos indicadores de no mínimo 80%.

O montante máximo de PLR a ser distribuído está limitado a 5% do Ebitda ajustado, a 6,25% do lucro líquido e a 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas, em cada exercício, o que for menor.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

No exercício de 2021, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 115 de PLR.

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (entidade realiza diminuição significativa do número de empregados cobertos por plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor do passivo, líquido do ativo de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorrida.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 311.752 está representado por 52.019 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Prática contábil

Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

14.2. Transações de capital

Em face da alteração do modelo contratual da operação celebrado com a Petrobras, no exercício de 2013, conforme mencionado na nota explicativa 1, foi revertido o saldo de recebíveis do antigo Contrato de Conversão de Energia (R\$ 242.184) e constituído o novo valor dos recebíveis, observando o Contrato de Aluguel da Planta (R\$ 594.213). O montante líquido apurado (R\$ 352.029), abatido dos impostos diferidos (R\$ 96.513), foi registrado como Transação de Capital (R\$ 255.516), em função de não ser permitido o reconhecimento de ganho em operação não usual entre empresas do mesmo grupo econômico pelas atuais práticas contábeis adotadas no Brasil.

14.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

14.4. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O contrato social prevê que os sócios poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 30 de junho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Administração deliberou e aprovou a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 de R\$ 11.494 e da totalidade dos dividendos adicionais propostos de R\$ 34.483, totalizando R\$ 45.977. Desse montante, R\$ 45.448 referem-se à Petrobras e R\$ 529 à Petros, os quais foram pagos em 17 de julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia destinou como dividendos propostos o montante de R\$ 34.235, e incluem os juros sobre o capital próprio (JSCP) no total de R\$ 13.821. Desse montante, R\$ 13.661 referem-se à Petrobras e R\$ 160 à Petros e foram pagos em 29 de janeiro de 2021. Os dividendos adicionais propostos de R\$ 20.414 foram pagos em 21 de maio de 2021.

Os dividendos relativos ao exercício de 2021 são como seguem:

14.4.1. Dividendos propostos e intermediários

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	32.387	36.036
Apropriação:		
Reserva legal	(1.619)	(1.801)
Lucro básico para determinação do dividendo	30.768	34.235
Dividendos propostos, equivalente a 60% (40% em 2020) do lucro básico:		
Juros sobre o capital próprio	-	11.747
IRRF (15%) sobre JSCP aprovado em 2020	-	2.074
Dividendos intermediários	18.596	-
	18.596	13.821
Dividendos adicionais propostos	12.172	20.414
Total de dividendos propostos	30.768	34.235

Os dividendos propostos em 31 dezembro de 2021, no montante de R\$ 30.768, incluem os dividendos intermediários distribuídos no total de R\$ 18.596, desse montante, R\$ 18.382 referem-se à Petrobras e R\$ 214 à Petros, aprovados em reunião extraordinária do conselho de administração realizada em 09 de dezembro de 2021 que foram pagos em 23 de dezembro de 2021 e os dividendos adicionais propostos de R\$ 12.172, cujo pagamento será realizado em data a ser fixada em assembleia dos acionistas.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, conforme preconizado pelo ICPC 08, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

14.5. Resultado por ação

	2021	2020
Lucro do período atribuível aos acionistas da Termobahia S.A.	32.387	36.036
Quantidade de ações	52.019	52.019
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	622,59	692,75

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

14.6. Outros resultados abrangentes

Companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2021, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial, conforme nota 4.1 e a companhia reconheceu um ganho de R\$ 4.277 com a remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Receita de arrendamento

	2021	2020
Receita de arrendamento (i)	55.765	56.628
Receita líquida	55.765	56.628

(i) A menor receita de arrendamento refere-se à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato.

Prática contábil

A receita com arrendamento mercantil financeiro é apropriada ao resultado em base mensal, ao longo do prazo do contrato, de acordo com a taxa interna de retorno – TIR, identificada na data inicial do arrendamento.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

16. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Gastos com pessoal	(3.248)	(3.665)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 11.1)	(4.110)	(837)
Serviços, aluguéis e outros	105	(696)
Depreciação e amortização	(96)	(174)
	(7.349)	(5.372)

17. Outras receitas líquidas

	2021	2020
Resultado com pessoal cedido (nota explicativa 11.1)	(4.693)	1.193
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	(12)	-
Participação nos lucros ou resultados	(115)	-
Programa de remuneração variável	(122)	239
Outras receitas (despesas), líquidas	135	(3)
	(4.807)	1.429

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras	18.562	10.131
Resultado com recebíveis de ativos financeiros (i)	18.559	9.938
Receita de juros sobre depósitos judiciais	3	193
Outros	-	-
Despesas Financeiras	(3.775)	(4.024)
Despesas com endividamentos	(3.731)	(3.942)
Outros	(44)	(82)
Variações monetárias, líquidas	(7.356)	(10.184)
Atualização monetária sobre endividamento líquido (ii)	(8.210)	(10.689)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	843	503
Outras variações monetárias líquidas	11	2
Total	7.431	(4.077)

(i) Aumento do rendimento com aplicações financeiras no FIDC (R\$ 8.621 mil), decorrente da variação de 9,25% no CDI em 2021 (contra variação de 2% em 2020).

(ii) Redução da despesa de atualização monetária sobre as debêntures com a Petros (R\$ 2.479 mil), tendo em vista a variação de 16,68% no IGP-M em 2021 (contra variação de 22,23% em 2020).

19. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2021	2020
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3.409	1.258

20. Processos judiciais e contingências

20.1. Processos judiciais provisionados

Não há processos judiciais e contingências em 31 de dezembro de 2021 e 2020 para os quais a probabilidade de perda é considerada provável.

20.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo não circulante	2021	2020
Trabalhistas	108	79
Fiscais	292	280
	400	359

No exercício de 2021, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, aos juros e atualização monetária.

20.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2021	2020
Fiscais	8.933	11.140
Cíveis	99	-
Trabalhistas	5.073	4.624
	14.105	15.764

O quadro a seguir detalha as principais causas, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos	Estimativa	
	2.021	2.020
Autor: União Federal		
1) DCOMP - Declaração de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecido. Situação atual: Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal.	4.501	4.427
2) DCOMP - Declarações de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecidos. Situação atual: Aguardando julgamento do recurso voluntário.	4.320	5.450
3) Processos de natureza trabalhista - Cálculo do Complemento de remuneração	5.073	4.624
4) Processo de natureza cível	99	-
5) Processos diversos de natureza fiscal	112	1.263
Total dos processos	14.105	15.764

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

21.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	136.643	131.708
Contas a receber - FIDC	447.150	400.173
	583.794	531.882
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	99.603	190.813
Depósitos judiciais	400	359
	683.797	723.054
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	46	1.044
Financiamentos	22.473	18.509
	22.519	19.553
Não circulante		
Financiamentos	16.933	32.042
	39.452	51.595

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Prática contábil

Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

21.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 6.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

21.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

21.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da companhia incorrer em ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

21.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termobahia), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

21.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida e despesas vinculadas ao serviço de operação e manutenção. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

21.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termobahia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

MINUTA

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Leonardo Marinho Filho
Conselheiro

Leonardo Santos Ferreira
Conselheiro

Isabella Carneiro Leão
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Aline Dias Leonardi
Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Contador
CRC-RJ 089868/O-2

Relatório Anual da Administração

Exercício 2021

Aos

Senhores Acionistas

Conselho de Administração

Cumprindo preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A. do exercício social findo em 31/12/2021, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes.

PERFIL CORPORATIVO

A Termobahia S.A. é uma sociedade controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, e proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (UTE Termobahia), localizada no Município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia, movida a gás natural, com capacidade instalada de 185,89 MW de energia elétrica e de 396 toneladas de vapor por hora.

A composição acionária da Termobahia é distribuída em 98,85% de participação da PETROBRAS e de 1,15% de participação da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Em 02/03/2010, a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.290, publicada no Diário Oficial da União em 12/03/2010, a transferência da outorga de produtor independente de energia (PIE) da Termobahia S.A. para a PETROBRAS explorar a UTE Termobahia.

Em 01/04/2013, a Termobahia S.A. celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a PETROBRAS, cujo objeto é a locação da UTE Termobahia com vigência até 15/09/2023, mantendo-se a responsabilidade de operação, manutenção e comercialização de energia a cargo da Petrobras.

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março

de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 se tratava de uma pandemia.

Apesar do surto da COVID-19 e os reflexos negativos em grande parte das empresas ao redor do mundo, o modelo de negócio da Companhia foi capaz de manter sua atividade sem nenhum impacto relevante em seus resultados.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme estabelecido no Contrato de Locação e Outras Avenças, compete à PETROBRAS a operação e manutenção da UTE Termobahia, às suas expensas, além do ônus e ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, referente ao período em que a PETROBRAS detiver o direito sobre a energia gerada pela usina, conforme previsão no referido Contrato.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A Termobahia está engajada com as ações de governança da acionista controladora, a PETROBRAS, com o intuito de estabelecer as melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa companhia e considerados em todas as nossas decisões.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos operando com alta produtividade, custos baixos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a sociedade e para o Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS e FINANCEIROS

Quando analisamos os Resultados de 2021, auferimos o Lucro Líquido de R\$ 32.387 mil, com redução de 10% em comparação ao exercício de 2020, em função da diminuição do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato, que reduz a receita de acordo com a aproximação do final do prazo de vigência e do aumento de despesas em 2021 decorrentes (i) de acréscimo de gastos pelo uso compartilhado de estrutura administrativa da controladora e (ii) de remensuração de gastos e

obrigações atuariais em função da revogação da Resolução CGPAR 23. Apresentamos a Tabela 1 a seguir, da Demonstração do Resultado do Exercício de 2021:

Tabela 1 – Demonstração de Resultado do Exercício – DRE 2021

DRE (R\$ mil)	2021	2020	Δ	Δ %
Receita de arrendamento	55.765	56.628	(863)	(2%)
Lucro Bruto	55.765	56.628	(863)	(2%)
Gerais e administrativas	(7.349)	(5.372)	(1.977)	(37%)
Tributárias	(1.038)	(617)	(421)	(68%)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.807)	1.429	(6.236)	(436%)
Despesas operacionais	(13.194)	(4.560)	(8.634)	(189%)
Lucro antes do result. financ. e impostos	42.571	52.068	(9.497)	(18%)
Resultado financeiro líquido	7.431	(4.077)	11.508	282%
Receitas financeiras	18.562	10.131	8.431	83%
Despesas financeiras	(3.775)	(4.024)	249	6%
Variações monetárias, líquidas	(7.356)	(10.184)	2.828	28%
Resultado antes dos impostos	50.002	47.991	2.011	4%
Imposto de renda e contribuição social	(17.615)	(11.955)	(5.660)	(47%)
Lucro Líquido do Exercício	32.387	36.036	(3.649)	(10%)

Em dezembro de 2021, conforme previsão no Estatuto Social, a Termobahia realizou a distribuição de dividendos intermediários aos seus acionistas no valor total de R\$ 18.596.207,09, declarados à conta de lucro do exercício de 2021 relativos à apuração do resultado em 30/06/2021, que serão computados no total a ser distribuído do Lucro Líquido apurado em 31/12/2021.

Lucro Bruto

A Companhia registrou Lucro Bruto de R\$ 55.765 mil em 2021 ante o Lucro Bruto de R\$ 56.628 mil apurado em 2020, em função do menor fluxo futuro de recebíveis.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas da Termobahia apresentaram aumento em torno de 37%, ao passar de R\$ 5.372 mil em 2020 para R\$ 7.349 mil. O aumento dessas despesas ocorreu em função principalmente da inclusão de processos de atividades administrativas com o uso de estrutura da Controladora por meio de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas retroativos a 2018.

Despesas Tributárias

Em 2021, foi apurado o saldo de R\$ 1.038 mil, equivalente a 68% a maior em comparação ao exercício de 2020, devido ao aumento do recolhimento de PIS e COFINS sobre receitas de aplicações financeiras.

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou menor recolhimento tributário pela Termobahia.

Outras Receitas (Despesas), Líquidas

No exercício de 2021 foi apurada redução da recuperação do resultado com pessoal cedido (3.681 mil), devido à baixa de provisão de recebimentos registrados no exercício de 2020 que foram liquidados em 2021 e um maior gasto devido à remensuração de obrigações atuariais de assistência médica, reflexo da revogação da Resolução CGPAR nº 23 (R\$ 851 mil).

Já no exercício de 2020, a mensuração das obrigações atuariais de assistência médica ocasionou um efeito positivo no resultado (R\$ 1.032), pela expectativa de redução dos compromissos futuros, decorrente do início da vigência da Resolução CGPAR nº 23, na ocasião.

Resultado Financeiro Líquido

A Termobahia apurou em 2021 o Resultado Financeiro Líquido de R\$ 7.431 mil, melhor do que o resultado auferido em 2020, principalmente devido ao aumento do rendimento com aplicações financeiras no FIDC decorrente da variação de 9,25% no CDI em 2021, cuja variação do índice em 2020 foi de 2%.

Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL)

A maior base tributável, essencialmente pelo aumento das receitas financeiras, contribuiu para o aumento do recolhimento de IR e CSLL, que encerrou 2021 em R\$ 17.615 mil ante o valor de R\$ 11.955 mil auferido em 2020.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2021

Conforme disposição legal (Lei das Sociedades por Ações), os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado.

Em 09/12/2021, o Conselho de Administração deliberou pela aprovação da proposta da Diretoria Executiva da distribuição de dividendos intermediários aos Acionistas no valor de R\$ 18.596.207,09 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e seis mil, duzentos e sete reais e nove centavos).

Dessa forma, a proposta da Diretoria Executiva de Destinação de Resultado relativo ao exercício de 2021 que será encaminhada para apreciação do Conselho de Administração e

deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, prevê a distribuição total de R\$ 30.767 mil em dividendos aos acionistas, cujo valor inclui R\$ 12.171 mil em dividendos adicionais propostos e o valor de R\$ 18.596 mil dos dividendos intermediários, pagos aos acionistas em dezembro de 2021, conforme apresentado na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Proposta de Destinação do Resultado do Exercício 2021

Destinação do Resultado (R\$ mil)	2021
Lucro do Exercício	32.387
A - Reserva Legal (5%)	1.619
Saldo a Destinar	30.768
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios (60%) ¹	18.596
C - Dividendos Adicionais Propostos	12.172
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	30.768
Destinação Total (A + B+ D)	32.387

¹Pagos antecipadamente em 23/12/2021, conforme deliberação de CA em 09/12/2021.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionistas e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2021.

São Francisco do Conde/BA, 08 de março de 2022.

Aline Dias Leonardi
Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

À

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar – Centro/RJ

Edifício Passeio Corporate

Telefone: +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Rio de Janeiro, 08 de março de 2022

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Prezados senhores:

Esta carta de representação da Administração é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras da **Termobahia S.A.** (Companhia), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas, com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. V.Sas. também aplicaram os mesmos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:

(em milhares de reais)		
	2021	2020
Total do Ativo	705.800	747.253
Total do Passivo	112.680	151.787
Patrimônio líquido	593.120	595.466
Resultado abrangente do exercício	36.664	41.930

Termobahia S.A.

Rod. BA 523, km 3,5, Mataripe - CEP 43970-000 – São Francisco do Conde – Bahia – Brasil

Tel: 55 71 3877 2991 Fax: 55 71 3877 2464

Confirmamos que as representações feitas nesta carta estão de acordo com as definições do anexo desta carta.

Esta carta foi entregue e aprovada na reunião do Conselho de Administração em 08 de março de 2022.

Confirmamos que, com base em nosso entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

Demonstrações financeiras

2. Cumprimos nossas responsabilidades, tais como estabelecidas nos termos da proposta datada de 15 de dezembro de 2020, pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os métodos, os dados e as premissas significativas utilizadas na elaboração das estimativas contábeis e suas divulgações relacionadas são apropriados para reconhecimento, mensuração ou divulgação que seja razoável no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável.
3. Os métodos, os dados e as premissas significativas utilizadas na elaboração das estimativas contábeis e suas divulgações relacionadas são apropriados para reconhecimento, mensuração ou divulgação que seja razoável no contexto das práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.

Informações fornecidas

Fornecemos-lhes:

5. acesso a todas as informações que temos ciência que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentações e outros;
6. informações adicionais que nos foram solicitadas com o propósito de efetuar a sua auditoria; e
7. acesso irrestrito às pessoas da Companhia, para obtenção de evidências de auditoria.
8. Disponibilizamos a V.Sas. todos os registros contábeis e documentação comprobatória e todas as atas de assembleias de acionistas e de diretoria, ou seja, aquelas realizadas até o dia 08 de março de 2022, respectivamente, e quando aplicável, resumos das ações das reuniões realizadas após a data final do período de reporte para o qual ainda não foram elaboradas as minutas das atas, especificamente as que se realizam em 08 de março de 2022.

Termobahia S.A.

Rod. BA 523, km 3,5, Mataripe - CEP 43970-000 – São Francisco do Conde – Bahia – Brasil
Tel: 55 71 3877 2991 Fax: 55 71 3877 2464

9. Todas as transações foram reconhecidas nos registros contábeis e estão refletidas em nossas demonstrações financeiras.

Confirmamos que:

10. Divulgamos a V. Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras estão livres de ter distorção relevante como resultado de fraude.

No anexo desta carta está a definição de fraude, incluindo distorções decorrentes de relatórios financeiros fraudulentos e de apropriação indevida de ativos.

11. Não houve casos de fraude ou suspeita de fraude que sejam de nosso conhecimento que afetem a Companhia, envolvendo:

- A Administração;
- Empregados que tenham funções significativas nos controles internos; e
- Outros, onde a fraude poderia ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.

12. Não houve denúncias de fraude ou suspeita de fraude comunicados por funcionários, ex-funcionários, analistas, órgãos reguladores entre outros.

13. Não houve comunicações de órgãos reguladores, representantes governamentais, autoridades fiscais ou outras notificações ou alegações de não conformidade com leis e regulamentos, deficiências na elaboração de relatórios financeiros ou outros assuntos que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

14. Não temos conhecimento de transações ou outros eventos que pudessem ser caracterizados como lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nos termos da Lei aplicável.

15. Não existem:

- Outros passivos a serem reconhecidos e outros ativos contingentes e passivos contingentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos contingentes e ativos contingentes, incluindo os passivos ou passivos contingentes resultantes de possíveis atos ilegais; ou
- Outras questões ambientais que possam ter um impacto sobre as demonstrações financeiras.

16. Divulgamos a V.Sas. a identidade de todas as partes relacionadas da Companhia e todos os relacionamentos e transações de que temos conhecimento e todos esses relacionamentos e transações foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Compreendemos as definições de partes relacionadas e transações com partes relacionadas nos termos da CPC 05 (IAS 24) e conforme anexo a esta carta de representação.

Termobahia S.A.

17. Efetuamos a avaliação da capacidade da Companhia em continuar em operação, levando em consideração todas as informações disponíveis sobre o futuro que, nos termos do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), contempla o período mínimo (mas não limitado a esse período) de doze meses a partir da data do balanço.

Representações relacionadas com intenções e planos da administração e outras informações que sejam somente de conhecimento da administração

18. Não há ônus ou gravame sobre os ativos da Companhia.
19. Confirmamos que divulgamos para V. Sas. todas as informações relacionadas aos seguintes assuntos:
- contratos onerosos, ou seja, os contratos sob os quais os custos inevitáveis de cumprir a obrigação excedem os benefícios econômicos a serem recebidos sob ela, incluindo perdas decorrentes de compromissos de venda e compra que são contratos onerosos conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37);
 - passivos relacionados a outras dívidas, incluindo dívidas subordinadas;
 - acordos com instituições financeiras envolvendo restrições sobre saldos de caixa e linhas de crédito ou acordos semelhantes;
 - A Companhia tem cumprido com todos os requisitos contratuais que poderiam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras em caso de descumprimento como por exemplo, “*debt covenants*”.
 - Não existe nenhum acordo formal ou informal com instituições financeiras envolvendo saldos compensatórios ou outras restrições sobre saldos bancários disponíveis e linhas de crédito abertas ou outros semelhantes.
 - Não temos planos ou intenções que possam afetar o valor contábil ou classificação de ativos e passivos.

Representações relacionadas com a titularidade dos ativos, classificação e valores contábeis e impairment dos ativos

20. A Companhia possui títulos de propriedade para todos os seus ativos e não temos conhecimento de hipotecas, penhoras ou garantias sobre tais ativos, além daquelas divulgadas nas demonstrações financeiras. Não existem quaisquer outros ativos que não tenham sido apresentados nessas demonstrações.
21. Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01, que possam gerar dúvida de que os ativos da Companhia possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação, bem como, não possuímos quaisquer ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso ou ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.

Ativos financeiros

22. Ao determinar a classificação dos ativos financeiros, avaliamos nossos modelos de negócios para gerenciar ativos financeiros e se as condições contratuais dos ativos financeiros deram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros de acordo com os critérios divulgados para V.Sas. (CPC 48.4.1.2 (IFRS 9.4.1.2))
23. Consideramos todos os instrumentos financeiros dentro do escopo dos requerimentos de redução do valor recuperável do CPC 48 (IFRS 9), exceto aqueles para os quais a provisão para perdas seja sempre mensurada em um valor igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida, avaliando se o risco de crédito desses instrumentos aumentou significativamente desde seu reconhecimento inicial. Para todos os instrumentos em que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas nas demonstrações financeiras é mensurada em um montante igual a perdas de crédito esperadas ao longo da vida.
24. Confirmamos que, ao estimar a provisão para perdas esperadas de crédito, consideramos as informações prospectivas relevantes, razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo e esforço indevidos na data do balanço.

Representações relacionadas à exposição de riscos decorrentes de instrumentos financeiros

25. Confirmamos que disponibilizamos a V.Sas. todas as informações relacionadas às exposições a riscos da Companhia oriundas de instrumentos financeiros que são adequadas para permitir aos usuários avaliar a natureza e extensão desses riscos aos quais a Companhia está exposta ao final do período para o qual as demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7), incluindo as exposições a riscos e como eles surgem, nossos objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos, os métodos utilizados para gerenciamento dos riscos e um resumo dos dados quantitativos sobre nossa exposição a riscos.
26. Não há saídas de caixa que poderiam ocorrer de maneira significativamente antecipada ao indicado nos dados quantitativos resumidos a respeito da exposição ao risco de liquidez ou que poderiam ocorrer em valores significativamente diferentes daqueles incluídos naqueles dados.

Representações relacionadas ao valor justo de ativos e passivos financeiros

27. Acreditamos que as premissas e as técnicas por nós utilizadas são apropriadas e que todas as mensurações do valor justo são determinadas de acordo com o CPC 46 (IFRS 13).
28. Nas circunstâncias em que o valor justo de um ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial for diferente do preço da transação, reconhecemos imediatamente um ganho ou perda igual à diferença no resultado, se e somente se, a mensuração do valor justo for evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, ou for baseado em uma técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis. Se a mensuração do valor justo no reconhecimento inicial não cumprir qualquer uma dessas condições, então a diferença é diferida e, posteriormente,

Termobahia S.A.

reconhecida como um ganho ou perda somente na medida em que surgir uma mudança em um fator (incluindo o tempo) que os participantes do mercado poderiam levar em conta na precificação do ativo ou passivo.

29. Divulgamos apropriadamente o valor justo dos ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 46 (IFRS 13). Acreditamos que as divulgações categorizam de maneira adequada as mensurações do valor justo na hierarquia de valor justo.
30. Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada classe de instrumento financeiro.

Representações relacionadas a benefícios pós emprego

31. Confirmamos que todos os planos de benefícios pós-emprego descritos no arquivo anexo foram identificados, adequadamente classificados e contabilizados, como plano de benefício definido ou como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19). Não existem outros planos.
32. Com base no processo estabelecido por nós, e tendo feito as consultas adequadas, estamos satisfeitos de que as premissas atuariais usadas na avaliação das obrigações dos benefícios definidos estão consistentes com o nosso conhecimento do perfil da população de empregados.
33. Confirmamos adicionalmente que:
 - todos os benefícios pós-emprego e plano de saúde, incluindo quaisquer acordos quer sejam estatutários, contratuais ou implícitos nas atitudes do empregador foram identificadas e corretamente contabilizadas;
 - todas as alterações do plano, liquidações (*settlement*) e reduções (*curtailment*), ou outras mudanças no plano, foram identificadas e adequadamente contabilizadas;
 - todos os benefícios aos empregados concedidos a diretores e ao pessoal chave da Administração foram divulgados adequadamente;
 - disponibilizamos para V. Sas. todas as informações com relação a quaisquer limitações na capacidade de realização atual do superávit ou da base utilizada para determinar o montante de benefício econômico disponível conforme a Interpretação ICPC 20 (IFRIC 14) do CPC 33 (IAS 19) que trata do Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação; e;
 - disponibilizamos para V. Sas. todas as informações relativas às premissas relevantes aplicadas na mensuração do valor justo dos ativos dos planos.

Termobahia S.A.

Representações relacionadas a aspectos fiscais

34. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são mensurados pelas alíquotas de tributos aprovadas ou substancialmente aprovadas no final do período que está sendo reportado.
35. Ativos fiscais diferidos representam aqueles valores cuja realização é provável levando em conta as expectativas da Administração de lucro tributável futuro. Ao determinar expectativas de lucro tributável futuro contra o qual ativos fiscais diferidos podem ser utilizados, a Administração considerou:
- a existência de diferenças temporárias tributáveis relativas à mesma autoridade fiscal, a mesma fonte de lucro tributável, e a mesma entidade tributável que irá reverter no mesmo período em que as diferenças temporárias dedutíveis irão reverter;
 - o momento e o montante da reversão da diferença temporária dedutível e tributável; e
 - oportunidades apropriadas de planejamento tributário que a Companhia tem é mais provável do que não para gerar lucros tributáveis futuros. (CPC 32.24, 27-30, 34-36) (IAS 12.24, 27-30, 34-36)
36. A mensuração dos passivos fiscais diferidos e ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia, no final do período, pretende recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.
37. Não recebemos nenhum aconselhamento ou opinião que contradiga os registros da Companhia de tributos sobre o lucro, ou que contradiga os montantes das demonstrações financeiras e apresentações relativas a tributos, ou que sejam necessárias para entender a provisão para tributos e afins da Companhia e que não tenham sido divulgados para V. Sas.
38. Confirmamos que divulgamos a V.Sas. nossa avaliação da exposição da Companhia aos riscos relacionados à tributação, incluindo incertezas sobre tratamentos fiscais, que contabilizamos apropriadamente tais riscos e que divulgamos informações adequadas para permitir que os usuários avaliem a natureza e extensão dos riscos aos quais a Companhia está exposta na data do balanço.

Representações relacionadas à arrendamentos

39. Identificamos todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária ou arrendadora, inclusive considerando a definição de arrendamento prevista no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), e os contabilizamos de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16).

Com base no processo estabelecido por nós, e tendo considerado as indagações necessárias, concluímos que as premissas aplicadas na determinação do prazo de arrendamento, dos pagamentos de arrendamento e da taxa de desconto são apropriadas. Adicionalmente, concluímos que as premissas aplicadas na contabilização de benefícios concedidos a arrendatários relacionados à Covid-19 são apropriadas.

Termobahia S.A.

Outras representações

Moeda funcional

40. Consideramos qual moeda reflete o ambiente econômico principal em que a Companhia opera (a “moeda funcional”). Ao efetuar essa avaliação, usamos nosso julgamento para determinar a moeda funcional que representa de maneira mais fidedigna as transações, eventos e condições da Companhia. Concluímos que a moeda funcional da Companhia é o Real.

Representações relativas à integridade da informação fornecida relacionada com as principais premissas e julgamentos feitos pela administração

41. Confirmamos que disponibilizamos para V.Sas. todas as informações relevantes com relação a:

Ao que a Administração fez no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, incluindo Classificação e reclassificação de instrumentos financeiros;

- (a) Premissas chave com relação ao futuro, e outras fontes chave de incerteza de estimativas determinadas na data do balanço, que têm o risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício, incluindo:
- principais premissas com relação a eventos futuros que afetam as classes de provisões, como requerido nas circunstâncias pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37);
 - premissas significativas aplicadas na determinação do prazo, passivo de arrendamento e taxa de desconto, conforme exigido pelo CPC 06 (IFRS 16).

Representação relacionada ao impacto da adoção de novos pronunciamentos

42. Divulgamos nas demonstrações financeiras as informações relevantes para avaliar o possível impacto que a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil, que foram emitidas mas ainda não estão em vigor, terá nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial em de acordo com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Erros, na medida em que esta informação seja conhecida ou razoavelmente estimável.

Outras representações

43. Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as, atas ou minutas de assembleia de acionistas, reuniões da diretoria, alterações no contrato social (em caso de Ltda.), reuniões do Comitê de Auditoria ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas (minutas) ainda não tenham sido preparadas. As últimas atas foram emitidas nas seguintes datas:

- AGO: 28/04/2021
- AGE: 09/02/2022
- Reunião da Diretoria: 04/03/2022
- Alteração Estatutária: 09/02/2022
- Reunião do Conselho de Administração: 08/03/2022
- Reunião do Conselho Fiscal: 25/02/2022

44. Confirmamos que não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a Administração ou seus empregados graduados.

45. Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios.

46. Confirmamos que não celebramos contratos com escritórios externos de advocacia para prestar serviços e/ou patrocinar processos de qualquer natureza ajuizados em nome desta Companhia, incluindo discussões de natureza civil, trabalhista e tributária, durante o exercício de 2021.

Informamos ainda que todos os processos ajuizados em nome da Companhia são patrocinados pelos advogados interno da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Não temos conhecimento de litígios ou reivindicações que estejam sob os cuidados de outros assessores jurídicos senão os mencionados acima.

Atenciosamente,

Aline Dias Leonardi

Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini

Diretor Administrativo

Marcos Antonio Gibin de Freitas

CRC-RJ 089868/O-2

Contador

Termobahia S.A.

Rod. BA 523, km 3,5, Mataripe - CEP 43970-000 – São Francisco do Conde – Bahia – Brasil
Tel: 55 71 3877 2991 Fax: 55 71 3877 2464

Anexo à carta de representação da Administração da Termobahia S.A.

Definições

As definições a seguir assumem que as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as IFRS Standards são as estruturas de relatório financeiro aplicáveis. Quando o BR GAAP e as IFRS Standards não são usados para preparar as informações contábeis, uma definição equivalente e apropriada da estrutura de relatório financeiro aplicável deve ser usada, quando disponível. Caso a estrutura de relatório financeiro não inclua uma definição relevante, a definição das NBCs emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade e a definição do glossário da ISA ou da IFAC devem ser utilizadas.

Demonstrações financeiras

O CPC 26.10 (IAS 1) estabelece que o conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- balanço patrimonial ao final do período;
- demonstração do resultado do período;
- demonstração do resultado abrangente do período;
- demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- demonstração dos fluxos de caixa do período;
- notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações financeiras, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações financeiras; e
- demonstração do valor adicionado do período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente. (Não requerido para fins das IFRSs)

Questões significativas

Determinadas representações nesta carta são descritas como sendo limitadas a assuntos que são materiais.

Os CPC 26.7 (IAS 1.7) e o CPC 23.5 (IAS 8.5) afirmam o seguinte:

“A informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Termobahia S.A.

Rod. BA 523, km 3,5, Mataripe - CEP 43970-000 – São Francisco do Conde – Bahia – Brasil
Tel: 55 71 3877 2991 Fax: 55 71 3877 2464

A materialidade depende da natureza ou magnitude da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

A informação é obscura se for comunicada de forma que teria efeito semelhante, para os usuários primários das demonstrações contábeis, à omissão ou ao erro dessa informação. Seguem-se exemplos de circunstâncias que podem resultar na ocultação de informações relevantes:

- (a) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante são divulgadas nas demonstrações contábeis, mas a linguagem utilizada é vaga ou pouco clara;*
- (b) as informações relativas ao item, transação ou outro evento relevante estão dispersas nas demonstrações contábeis;*
- (c) itens distintos, transações ou outros eventos são agregados de forma inadequada;*
- (d) itens similares, transações ou outros eventos são desagregados inadequadamente; e*
- (e) a compreensibilidade das demonstrações contábeis é reduzida como resultado de informações materiais ocultas por informações imateriais, na medida em que o usuário principal não consegue determinar quais informações são relevantes.*

Avaliar se poderia ser razoavelmente esperado que a informação influencie as decisões tomadas pelos usuários primários das demonstrações contábeis para fins gerais de entidade específica requer que a entidade considere as características desses usuários e, ao mesmo tempo, considere as próprias circunstâncias da entidade.

Muitos investidores e outros credores existentes e potenciais não podem exigir que a entidade que reporta forneça informações diretamente a eles e devem confiar nas demonstrações contábeis para fins gerais para grande parte das informações financeiras de que precisam. Consequentemente, eles são os usuários primários para os quais as demonstrações contábeis para fins gerais são direcionadas. As demonstrações contábeis são elaboradas para usuários que tenham conhecimento razoável das atividades econômicas e de negócios e que revisem e analisem as informações com diligência. Às vezes, até mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar ajuda de consultor para entender às informações sobre fenômenos econômicos complexos.”

Fraude

Preparar relatórios financeiros fraudulentos envolve distorções intencionais incluindo omissões de valores ou divulgações nas demonstrações financeiras para enganar os seus usuários.

Apropriação indevida de ativos envolve o furto/roubo de ativos. É muitas vezes acompanhado por registros falsos ou enganosos ou documentos com o objetivo de ocultar o fato de que os ativos não mais existem ou foram cedidos sem a devida autorização .

Erro

Um erro é uma distorção não intencional nas demonstrações financeiras, incluindo a omissão de um valor ou uma divulgação.

Erros de períodos anteriores são omissões ou declarações incorretas nas demonstrações financeiras da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta ou uso incorreto de informação confiável que:

- a) estava disponível quando as demonstrações financeiras desses períodos foram autorizadas para emissão e
- b) poderia ser razoável esperar que tivesse sido obtida e considerada na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras.

Tais erros incluem os efeitos de erros materiais, erros na aplicação de políticas contábeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraude.

Administração

Para fins desta carta, referências para “Administração” devem ser lidas como administração e, quando apropriado, aqueles responsáveis pela governança corporativa.

Partes relacionadas e transações com partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando as demonstrações financeiras (tratada no CPC 05 (IAS 24) como “entidade que reporta a informação”).

- a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
 - (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
 - (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
 - (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:
 - (i) a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
 - (ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
 - (iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;

Termobahia S.A.

- (iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
- (v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
- (vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
- (vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);
- (viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta.

Uma entidade que reporta está isenta dos requisitos de divulgação do CPC 05.18 (IAS 24.18) em relação a transações com partes relacionadas e saldos pendentes, incluindo compromissos, com:

- (a) um governo que tenha controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade que reporta; e
- (b) outra entidade que seja uma parte relacionada porque o mesmo governo tem controle ou controle conjunto ou influência significativa sobre, tanto a entidade que reporta como a outra entidade.

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.